



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2021

Processo Administrativo nº 23205.014839/2021-67

Fundamento Legal: Art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/1993
Unidade Requisitante: Diretoria de Comunicação Social - DCS
Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº 484/PROAD/UFFS/2021
ETP digital nº: 36/2021 - Documento nº 5 do Processo administrativo no SIPAC.
Requisição de Compras nº: 1101/2021

1. DO OBJETO

1.1. Descrição do Objeto

1.1.1. O objeto desta Inexigibilidade de Licitação visa a **Contratação da Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC para prestação de serviços de publicações legais e de divulgação no formato impresso e eletrônico em jornais, internet, rádio e internet das demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Código Catálogo	Código CATSER	Especificação Técnica	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Empresa Contratada
1	3992001000002	892	Serviço de publicidade legal (jornais impressos, jornais virtuais e demais mídias eletrônicas, rádio e tv) visando o atendimento do princípio da publicidade, insculpido no Caput do Art. 37 da Constituição Federal, no qual deve a administração para os processos administrativos que visam execução orçamentária, mediante aquisição/contratação de bens ou serviços, publicá-los em jornal de grande circulação conforme estabelece o Art. 21, inciso III da Lei nº 8.666/93. Incluem-se a esta demanda, ações de divulgação relacionadas à Diretoria de Comunicação Social e ao Gabinete do Reitor.	Serviço	1	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC - CNPJ: 09.168.704/0001-42
							Total Geral:	R\$ 240.000,00

1.2. Especificações do objeto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

1.2.1. O Objeto desta Inexigibilidade de Licitação tem a natureza comum de **serviço de publicidade legal**, prestado pela EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. – EBC, empresa pública federal com monopólio legal instituído pelo inciso VII, do art. 8º, da Lei 11.652/2008.

1.2.2. O quantitativo e respectivo código do item são os discriminados na tabela acima.

1.2.3. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

1.2.4. O prazo de vigência do contrato é de **12 (meses) com início a partir da data de assinatura**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.2.5. A descrição do objeto, a justificativa e requisitos de contratação que fundamentam a presente Inexigibilidade de Licitação foram elaborados/apresentados pela Equipe de Planejamento da Solução designada pela Portaria nº 484/PROAD/UFFS/2021 e são de sua inteira responsabilidade.

1.3. Do Valor

1.3.1. O valor total da contratação pretendida é de **R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais)**;

1.3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos dos serviços efetivamente demandados e executados durante a vigência do contrato.

1.3.3. No valor das Ações de divulgação propostos pela Contratada, conforme orçamento para fins contratuais, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente sobre o valor contratado.

1.4. Do Planejamento da Contratação conforme Ações Institucionais e PAC

1.4.1. A demanda prevista nesta Inexigibilidade de Licitação está contemplada no **Plano de Ação Institucional** e foi consolidada no **Plano Anual de Contratações – PAC 2021**, conforme extrato de consulta reproduzido abaixo:

PLANO DE AÇÃO		
Código do Plano de Ação	Objetivo da Ação Institucional	
DCS002	Ampliar as ações de divulgação institucional	
PLANEJAMENTO PAC 2021		
Nº do item no PAC	Descrição	Unidade responsável pela demanda no PAC
15746	Distribuição de Publicidade Legal - publicidade legal impressa e/ou eletrônica.	SUCL

1.4.2. Informações detalhadas sobre a consolidação desta demanda estão minudenciadas nos Planos Anuais de Contratações da UFFS divulgados no sítio eletrônico da Universidade.



2. DAS JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Encarte A deste Termo de Referência.**

2.2. Da justificativa da contratação apresentada pela Equipe de Planejamento

2.2.1. A contratação do objeto, conforme minudenciado no Estudo Técnico Preliminar, *trata de Publicidade legal impressa e/ou eletrônica (jornais, internet, rádio e tv) de interesse da UFFS. As demandas de publicação serão originárias na sua maioria da Diretoria de Comunicação Social, Superintendência de Compras e Licitações e Gabinete do Reitor e tem respaldo na obrigação do atendimento do princípio da publicidade, insculpido no Caput do Art. 37 da Constituição Federal, no qual atribui a Administração o dever de publicizar os processos administrativos de execução orçamentária, que visam a aquisição/contratação de bens ou serviços, através da publicação em jornal de grande circulação conforme estabelece o Art. 21, inciso III da Lei nº 8.666/1993.*

Ao contratarmos a EBC, nos apropriamos de toda a logística que ela dispõe, bem como, da diagramação de matérias, pois permite resolvermos publicações em jornais de grande circulação nos três estados do sul do Brasil, de forma eficiente com apenas o envio de um único pedido pelo sistema da própria EBC, quando do contrário teríamos que envolver no mínimo três pessoas, custo que está sendo considerado para a escolha da contratação deste serviço.

Estas publicações farão com que as licitações atinjam um maior número de licitantes interessados em fornecer produtos ou serviços à Instituição, aumentando as chances de geração de economicidade nos processos.

A divulgação gerada por meio da Diretoria de Comunicação Social buscará também atingir seu público alvo através dos variados meios (jornais, internet, rádio e tv).

Trata-se atendimento aos princípios de publicidade e transparência, intrínsecos aos atos administrativos da Administração Pública, e, por força do inciso VII do Art. 8º da Lei 11.652/2008, a competência de realização destes serviços foi atribuída à Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC:

Art. 8º Compete à EBC:

(...)

VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União;

(...)

§ 1º Para fins do disposto no inciso VII do caput deste artigo, entende-se como publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.

2.2.2. Da Estimativa do Quantitativo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

2.2.2.1. O quantitativo da demanda foi estimado considerando *o histórico de contratações anteriores e a necessidade registrada pelos setores demandantes do serviço. Assim, o valor total de R\$ 240.000,00 calculado para 12 (doze) meses foi estimado considerando a seguinte previsão de demandas das Unidades Requisitantes:*

a. Superintendência de Compras e Licitações estimou demandar R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) para o período em publicações em jornais impressos relacionadas às licitações;

b. A Diretoria de Comunicação Social demandou parte do seu orçamento para a divulgação da UFFS em mídias como jornais, sites, rádios, TV, redes sociais, entre outros. Com o valor do orçamento estabelecido para essa ação foi rateado, em igual proporção, para cada Campi da instituição. Sendo assim, dos R\$ 180.000,00 (cento e oitenta ml reais) destinados para a ação será utilizado R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a publicidade de cada Campi.

c. Os outros R\$ 10.000,00 foram previstos para demandas do Gabinete do Reitor.

Considerando que o valor cobrado por cada veículo de comunicação varia conforme seu alcance, região, tipo e tamanho da publicação, dia de publicação, seção do veículo de comunicação ou do próprio veículo de comunicação escolhido, torna-se de difícil a previsão do valor que será gasto para cada período, razão pela qual as estimativas se fundamentam nos históricos de exercícios anteriores ou de informações concretas (quando disponíveis) acerca do período a que se refere a contratação.

2.3. Da justificativa da escolha do executante

2.3.1. No que diz respeito a razão da escolha do executante em atendimento ao que preconiza o art. 26, II, da Lei nº 8.666/1993, informamos que conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º, do Decreto nº 6.555/2008 e no inciso VII do Artigo 8º da Lei nº 11.652/2008, a Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC possui competência legal instituída por lei para realizar a distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Justifica-se assim, a escolha do fornecedor, tendo em vista que o serviço almejado foi atribuído à EBC na condição de monopólio legal condicionado.

2.4. Da justificativa do preço

2.4.1. Com relação à justificativa do preço, em atendimento ao que preconiza o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993, informamos que a Contratada apresentou declaração, **documento nº 21 do processo**, afirmando que “a EBC não pratica preços para o serviço de distribuição de publicidade legal e que os preços informados são os constantes nas Tabelas Públicas de Preços fornecidas pelos Veículos de Comunicação”.

Contudo, de acordo com disposição constante na cláusula sétima da minuta padrão do Contrato de distribuição de publicidade legal da EBC, **Encarte B** do Termo de Referência, a Contratada informa que faz jus ao percentual de 20% (vinte por cento), a título de desconto-padrão de agência calculado sobre o valor bruto cobrado pelo veículo de comunicação da Contratante para veiculação da matéria, estando este percentual já inserido no valor da publicação. O Desconto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Padrão de Agência tem amparo no art. 11 da Lei nº 4.680, de 1965; no art. 11 do Decreto nº 57.690, de 1966 e no subitem 2.5.1. das Normas-Padrão da Atividade Publicitária. Desta forma, o veículo de comunicação selecionado pela UFFS apresenta a Nota Fiscal já com esta porcentagem de desconto, que será o valor a ser recebido pela EBC.

Assim, no intuito de comprovar que o desconto padrão de agência não difere dos praticados com o restante da Administração Pública Federal, a Equipe de Planejamento pesquisou contratações similares firmadas pela Contratada com outros entes públicos, onde constatou-se que, a Contratada pratica o desconto-padrão de 20% em todos eles, conforme tabela abaixo.

Contrato nº	Processo Administrativo nº	Órgão da Administração Pública	Desconto padrão de agência
01/2021	59336.001739/2020-41	Superintendência do desenvolvimento do Nordeste – SUDENE	20%
05/2020	08230.002525/2020-04	Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas	20%
07/2020	Não identificado no documento	Instituto Federal de Educação e Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – Campus Dourados	20%
30/2020	08204.000914/2019-12	Academia Nacional de Polícia – ANP/DGP/PF	20%

Como o orçamento apresentado pela Contratada tem caráter estimativo para fins contratuais, foi acostado aos autos no **documento nº 27**, a Planilha de Ações de Divulgação da EBC, com previsão dos valores praticados pelos veículos de comunicação cadastrados em sua plataforma e que poderão realizar as publicações nas regiões de abrangência dos campi da UFFS. Cabe salientar que o formato citado na planilha (2x7) pode ser alterado, conforme tamanho da publicação, alterando assim automaticamente seu custo. Portanto, a planilha em questão serve apenas como base informativa para o momento, uma vez que os valores sofrem alterações ao longo do ano. Na Planilha consta a informação de CPM (Custo por mil: valor a ser pago pela publicação em cada 1.000 exemplares do jornal), informação esta que pode ser útil para o agente sempre optar pelo veículo de maior economicidade quando possível, tendo em vista que em algumas regiões existe apenas um veículo disponível.

Quanto aos valores praticados pelos veículos para divulgação em jornal, a Equipe de Planejamento ratificou os preços dos jornais usualmente utilizados pela UFFS e informados na Planilha de Ações apresentada pela Contratada, conforme comprovado documentalmente nos autos no **documento nº 27**, onde se verificou que os valores operados pela EBC refletem a realidade de mercado e estão abaixo dos praticados pelos veículos de divulgação:

Nome do Veículo	Cidade - UF	Valor cobrado pelo veículo sem intermediação da EBC	Valor cobrado pelo veículo com intermediação da EBC
Correio do Povo do Paraná (PR)	Laranjeiras do Sul - PR	R\$ 581,00	R\$ 307,38
Bom dia (Erechim – RS)	Erechim - RS	R\$ 532,00	R\$ 514,36
Correio do Povo (Porto Alegre – RS)	Porto Alegre – RS	R\$ 3.556,00	R\$ 2.062,48
Diário do Iguaçu (SC)	Chapecó - SC	R\$ 756,00	R\$ 541,43
Diário do Sudoeste (PR)	Pato Branco - PR	R\$ 560,00	R\$ 407,18
Folha da Produção (Cerro Largo – RS)	Cerro Largo - RS	R\$ 210,00	R\$ 210,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Folha de Londrina (PR)	Londrina (PR)		R\$ 674,31
Jornal de Beltrão (PR)	Francisco Beltrão - PR	R\$ 436,66	R\$ 313,62
Notícias do Dia (SC)	Florianópolis - SC	R\$ 1.170,14	R\$ 425,04
O Nacional – (RS)	Passo Fundo - RS	R\$ 533,12	R\$ 474,08
Site Diário Catarinense (SC)	Florianópolis - SC	R\$ 1.850,80	R\$ 629,27
Site Gazeta do Povo (PR)	Curitiba - PR		R\$ 1.800,00
Site Hora de Santa Catarina (SC)	Florianópolis - SC	R\$ 694,40	R\$ 201,38
Sul Brasil (SC)	Chapecó - SC	R\$ 616,00	R\$ 489,35
Zero Hora (Porto Alegre – RS)	Porto Alegre – RS	R\$ 4.447,80	R\$ 3.691,67

Como observado, os únicos jornais que a Equipe de Planejamento não conseguiu realizar a ratificação foram o “Folha de Londrina (PR)” e “Site Gazeta do Povo (PR)”, que conforme e-mails acostados ao processo, **documentos nº 29 e 30**, não se manifestaram até a data de instrução do presente Termo de Referência. No entanto, como são jornais onde normalmente não são solicitadas publicações pela UFFS, a Equipe de Planejamento optou por prosseguir com o processo e caso esse veículo venha a ser futuramente uma escolha para a Instituição, deverá o gestor ou fiscal do contrato ratificar os valores praticados pelo veículo, como realizado com os demais jornais relacionados na Planilha de Ações.

Já para os veículos de rádio e TV, a Equipe de Planejamento informou que:

“Já para os veículos de rádio e TV, essa pesquisa não se demonstrou viável, pois os preços desses meios têm peculiaridades que dificultam uma justa comparação, tendo cada veículo uma cobertura e abrangência específicas, além de terem uma precificação variável para cada horário solicitado para divulgação. Sendo assim, a análise entre um veículo e outro não teria um padrão justo de comparação. Também foi acostada ao processo uma mensagem de correio eletrônico enviada pela EBC a respeito das publicações em mídias sociais, a qual esclarece sobre os valores das comissões e as formas de pagamento aceitas por essas mídias.”

2.5. Da regularidade Fiscal e Trabalhista da Contratada

2.5.1. Com relação à Regularidade Fiscal e Trabalhista, em atendimento ao que preconiza o art. 29, da Lei nº 8.666/1993, informamos que a empresa Contratada possui todas as certidões válidas, conforme comprovações acostadas ao processo administrativo.

Empresa	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC
CNPJ nº	09.168.704/0001-42
Nº do documento nos autos	Documentos nº 19 e 44 do processo
Cartão CNPJ	Consta
CND Fazenda Federal	SICAF: certidão válida até 05/01/2022
CND Fazenda Estadual	SICAF: certidão válida até 28/09/2021
CND Fazenda Municipal	Isento
CRF FGTS	SICAF: CRF válido até 29/08/2021
CND Trabalhista	SICAF: certidão válida até 28/01/2022
Declaração (art. 27, V, da Lei nº 8.666/1993)	Consta – documento nº 19 do processo
Consulta CADIN	Consulta realizada em 16/07/2021
Consulta CEIS, CNJ, TCU	Consulta realizada em 16/07/2021



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares abrange a **prestação de serviço de publicidade legal (jornais impressos, jornais virtuais e demais mídias eletrônicas, rádio e tv) visando o atendimento do princípio da publicidade, insculpido no Caput do Art. 37 da Constituição Federal, no qual deve a administração para os processos administrativos que visam execução orçamentária, mediante aquisição/contratação de bens ou serviços, publicá-los em jornal de grande circulação conforme estabelece o Art.21, inciso III da Lei nº 8.666/93. Incluem-se a esta demanda, ações de divulgação relacionadas à Diretoria de Comunicação Social e ao Gabinete do Reitor.**

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, DO FUNDAMENTO LEGAL E APLICAÇÃO DE NORMAS ESPECIAS

4.1. Da classificação dos serviços

4.1.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante **Inexigibilidade de Licitação.**

4.1.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2. Do Enquadramento Legal

4.2.1. A contratação dos serviços em tela será realizada através de **Inexigibilidade de Licitação**, com fulcro no **caput, do art. 25, da Lei nº 8.666/1993.**

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

4.2.2. E, como se trata de contratação de serviços, o enquadramento da demanda não poderá ocorrer no inciso I do art. 25 da Lei 8.666/1933, considerando a impossibilidade disposta na Orientação Normativa nº 15 da AGU, haja vista que este permissivo legal se restringe a situações de compras.

Orientação Normativa/AGU nº 15, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S.1, p14) "A contratação direta com fundamento na inexigibilidade prevista no art. 25, inc.I. Da Lei nº 8.666, de 1993, é restrita aos casos de compras, não podendo abranger serviços"

4.2.3. Igualmente inviável a contratação direta com fundamento no art. 25, inciso II, em razão de que os serviços pretendidos não estarem enquadrados no rol de serviços técnicos numerados no art. 13 da mesma Lei de Licitações.

4.3. Da aplicação de normas especiais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

4.3.1. Da Instrução Normativa nº 5/2017: O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG emitiu a Instrução Normativa nº 05 de 2017, publicada em 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, revogando a Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008 que tratava anteriormente sobre o tema. Acerca de tal normativa, informo que para esta contratação serão aplicadas todas as etapas previstas no Art. 20 da referida instrução, conforme segue:

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II – Gerenciamento de Riscos; e

III – Termo de Referência ou Projeto Básico.

4.3.2. Da Instrução Normativa nº 40/2020: A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão do Ministério da Economia emitiu no dia 22 de maio de 2020, a Instrução Normativa nº 40/2020 que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Acerca das disposições abarcadas pela normativa, informo que para a necessidade em tela, a Unidade Requisitante elaborou no Comprasnet, o **ETP digital nº 36/2021**, conforme documento acostado aos autos no **Encarte A**.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O presente serviço é de **natureza continuada**, com respaldo na obrigação do atendimento do princípio da publicidade, insculpido no Caput do Art. 37 da Constituição Federal, no qual deve a Administração publicizar os processos administrativos que visam execução orçamentária, mediante aquisição/contratação de bens ou serviços, através da publicação em jornal de grande circulação conforme estabelecem o Art. 21, inciso III da Lei nº 8.666/1993. Além destes processos, a Universidade possui uma constante demanda de divulgação de ações por parte da Diretoria de Comunicação Social, como, por exemplo, as relacionadas aos processos de ingresso dos alunos na Instituição.

5.1.2. Critérios e práticas de sustentabilidade:

5.1.2.1. De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, recomendamos que a Contratada observe, **no que couber**, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto nos Art. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República e Legislação correlata.

5.1.2.2. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

5.1.2.3. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

5.1.3. O prazo para início da execução dos serviços deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do Termo de contrato.

5.1.4. O prazo para execução dos serviços solicitados é de até **1 (um) dia útil** após solicitação formalizada pela UFFS.

5.1.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência e na Minuta do Contrato de Distribuição de Publicidade Legal, conforme modelo padrão adotado pela EBC.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. O serviço de distribuição de publicidade legal será realizado pela Empresa Brasil de Comunicação, que receberá da UFFS as solicitações de veiculação e adotará as providências cabíveis à execução do objeto contratual.

6.1.2. O material a ser veiculado será encaminhado através do Sistema Portal da Publicidade Legal ou através de e-mail (no caso de publicação na internet ou em rádios/tv), obedecendo todas as normas de composição e diagramação estabelecidas, bem como com a devida identificação da autoridade responsável.

6.1.3. A definição do veículo de comunicação onde se dará a publicação ficará a cargo da UFFS, que realizará a conferência da planilha de custos e da arte final, autorizando que seja realizada a publicação da matéria no veículo indicado.

6.1.4. A escolha do veículo de comunicação se baseará no tipo da publicação, região de abrangência do veículo e, quando possível, no menor preço. Este último nem sempre se torna viável, pois na maioria das pequenas cidades geralmente existe somente um veículo de comunicação com a abrangência necessária para as publicações.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1. Para esta contratação será firmado Contrato de Distribuição de Publicidade Legal, conforme modelo padrão adotado pela EBC, **Encarte B** deste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação de todos os preceitos cogentes presentes na Lei Geral de Licitações.

7.1.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (meses) com início a partir da data de assinatura**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

7.1.2. A UFFS ao aderir aos termos contratuais da Contratada, deverá fiscalizar e negociar os preços cobrados pela EBC, no decorrer da execução contratual, para assegurar a prevalência da compatibilidade com os preços de mercado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

7.2. O descumprimento comprovado das cláusulas do contrato poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei Geral de Licitações.

7.3. A metodologia de avaliação da execução dos serviços será de acordo com os seguintes parâmetros e sua forma de pagamento será de acordo com o **item 14** deste Termo de Referência.

7.3.1. Os critérios de medição de pagamento seguirão os seguintes parâmetros:

- a) Atendimento integral das exigências deste Termo de Referência, na Proposta de Preços para fins contratuais apresentada pela Contratada e no Contrato de Distribuição de Publicidade Legal;
- b) Qualidade dos serviços prestados;
- c) Pontualidade na execução dos serviços.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta de preços para fins contratuais;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;

8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

8.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

8.10. Verificar minuciosamente a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta de preços para fins contratuais e Termo de Contrato de Distribuição de Publicidade Legal, para fins de aceitação;

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano direto causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, na Proposta de Preços para fins contratuais e no Termo de Contrato de Distribuição de Publicidade Legal, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relacionada a execução dos serviços;

9.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução do serviço;

9.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou especificações dispostas no Termo de Referência e contrato;

9.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com as especificações que integram este Termo de Referência e minuta contratual, no prazo determinado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 9.11.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente.
- 9.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos mediante a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.17.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 11.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 12.1.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, na Proposta de Preços para fins contratuais e no Termo de Contrato de Distribuição de Publicidade Legal.
- 12.2.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e na minuta do Termo de Contrato de Distribuição de Publicidade Legal.

12.5. A conformidade da execução dos serviços deverá ser verificada de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no Contrato de Distribuição de Publicidade Legal;

12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência, no Contrato de Distribuição de Publicidade Legal e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

12.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.15. O fiscal técnico realizará avaliação em período suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. O serviço objeto deste Termo de Referência será solicitado mediante Nota de Empenho a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela empresa Contratada.

13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

13.3. O recebimento provisório do serviço será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização, que verificará a conformidade do mesmo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta para fins contratuais e no Contrato de Distribuição de Publicidade Legal.

13.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de servidores técnicos designados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os ajustes que se fizerem necessários.

13.3.1.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

13.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes

13.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.4. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.4.1. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.4.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta de preços para fins contratuais e Contrato de Distribuição de Publicidade Legal, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de **05 (cinco) dias** pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13.8. A aprovação da qualidade do serviço, pela Universidade Federal da Fronteira Sul, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de qualidade ou técnico do serviço ou em desacordo com o exigido neste Termo de Referência e no Contrato de Distribuição de Publicidade Legal

14. PAGAMENTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, alterados pelo Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, deverão ser efetuados no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da liquidação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

14.2.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.4.1. o prazo de validade;

14.4.2. a data da emissão;

14.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.4.4. o período de prestação dos serviços;

14.4.5. o valor a pagar; e

14.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação e para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14.9. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I = (6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

15. DO REAJUSTE

15.1. De acordo com disposição contratual, sempre que houver majoração nas Tabelas de Preços dos veículos de comunicação, ocorrerá o reajuste dos valores a serem pagos pelas publicações objeto desta contratação, respeitada a legislação em vigor.

15.1.2. As condições de reajuste estão disciplinadas na cláusula décima do Contrato de Distribuição de Publicidade Legal, modelo padrão adotado pela Contratada, **Encarte B deste Termo de Referência.**

16. GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que a contratação tem caráter exclusivo e será realizada com instituição pública federal.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, a Contratada que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. cometer fraude fiscal;

17.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. Multa de:

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

17.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

17.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

17.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

17.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3 e 17.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	04
2	Recusar-se a executar serviço solicitado pela fiscalização;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, Proposta de Preços e Contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. A dotação orçamentária da contratação, conforme **Declaração Nº 59/2021 - DORC (10.17.08.21.05)** emitida pela Diretoria de Orçamento será:

Gestão/Unidade: 26440/158517

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

Elemento de Despesa: 339039



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

PTRES: 171285

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Este Termo de Referência foi elaborado a partir de informações consignadas pela Equipe de Planejamento designada por Portaria, responsáveis pelo Planejamento da contratação do objeto, conforme minudenciado no ETP digital e Requisição de Compras identificados no preâmbulo e demais documentos, justificativas e tratativas que integram o Pedido de Compras.

19.2. Dos Encartes

19.2.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

19.2.1.1. ENCARTE A - ETP digital nº 36/2021 - **Documento nº 5** do Processo administrativo no SIPAC;

19.2.1.2. ENCARTE B – Minuta padrão de Contrato de Distribuição de Publicidade Legal adotada pela EBC – **Documento nº 42** do Processo administrativo no SIPAC.

Chapecó/SC, 12 de agosto de 2021.

NÁDIA INÊS KIST
Chefe do Departamento de Contratações Diretas

LIDIANE MARCANTE
Superintendente de Compras e Licitações

Eu, **ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI**, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura/Ordenadora de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, APROVO o presente **Termo de Referência e Encartes da Inexigibilidade de Licitação nº 07/2021, instruída com fulcro no caput do Art. 25 da Lei nº 8.666/93**, que visa a **Contratação da Empresa Brasil de Comunicação - EBC para prestação de serviços de publicações legais e de divulgação no formato impresso e eletrônico em jornais, internet, rádio e internet das demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 12 de agosto de 2021.

ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI
Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura
Ordenadora de Despesas